S. R.

Assembleia Municipal de Azambuja

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 26 DE ABRIL DE 2012

----Aos vinte e seis dias do mês de Abril de dois mil e doze, pelas 20h15m, reuniu a Assembleia Municipal de Azambuja, no Auditório Municipal do Páteo do Valverde, em Azambuja, com seguinte Ordem do Dia. ----------

ORDEM DO DIA

Ponto 1. Informação do Presidente da Câmara acerca da Atividade Municipal

Ponto 2. Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras Individuais do Exercício 2011 e Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras Consolidadas
P 17/P/2012

Ponto 3. Aplicação dos Resultados Líquidos do Exercício 2011 Proposta
P 19/P/2012

---- Presidiu à Mesa o seu Presidente, Senhor António Pratas Cardoso, e secretariaram a reunião a Sra. Vera Lúcia Brás dos Santos, 1º Secretário e o Sr. Francisco Alberto dos Santos Jerónimo, 2º Secretário. ----------

---- Encontravam-se presentes os Deputados Municipais Senhores Dina Teresa Sousa Patrício, António Batista Marques, António Francisco Nunes Godinho, António José Rodrigues, António Luís Lavado dos Reis, Pedro João Simões Cardoso, Daniel Albino Lopes Claro, David José Pinto Mendes, Fernando Emídio Costa, Francisco António Galvão Morgado, Herculano Valada Martins, Hermínia Eva Leal Mota Abreu, Isabel Maria Franco Corrêa, Joaquim Luís Lobato, Joaquim Marques de Jesus Oliveira, José Luís Marques dos Santos, José Manuel Isidoro Pratas, António Rodrigues Torrão, Lúcio Manuel Cardador Costa, Manuel da Silva Simões Ramos, Manuel Maria Pereira Valadares Couceiro, Maria de Lourdes Firmino Piriquito, Emanuel Gaspar Alves, Pedro Manuel Raimundo Duarte Coelho, Rita Adriana Gonçalves Domingos, Carlos Alberto Antunes Nabais e Sérgio Paulo Rodrigues Ramos Jorge. ----------

---- Em representação da Câmara Municipal estiveram presentes os Senhores Joaquim António Sousa Neves Ramos, Presidente, Luís Manuel Abreu de Sousa, Vice-Presidente, Marco António Leal Pereira, Silvino José da Silva Lúcio e António Jorge de Oliveira Lopes, Vereadores. ----------

---- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal interveio para saudar todos os presentes e para informar que os Senhores Ana Sofia Dias Ajuda, António Manuel Montez Amaral, Justino Cláudio de Oliveira, Nuno Miguel Monteiro Gonçalves e Luís Eduardo Salvaterra da Silva iriam ser substituídos por, respectivamente, Dina Teresa Sousa Patrício, Pedro João Simões Cardoso, António Rodrigues Torrão, Emanuel Gaspar Alves e Carlos Alberto Antunes Nabais. ----------

Seguidamente informou de estar constituída a Mesa, haver "quórum" e que, assim sendo, ia dar início aos trabalhos. Referiu também que, por se tratar de uma reunião ordinária, haveria dois períodos antes da ordem do dia, um para o Público e outro para os Senhores Deputados. ----------

ANTES DA ORDEM DO DIA

---- O Sr. Presidente da Mesa perguntou, então, se havia no público quem quisesse intervir. ----------

---- Interveio o Sr. Ruben Mateus, munícipe, querendo saber o porquê da diferença existente entre o valor do passivo consolidado de 30.000.000 de euros hoje referidos e o valor inicialmente indicado, que rondava os cerca de 24.000.000 de Euros. --------

---- Não havendo outras intervenções do público o Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra aos Senhores Deputados Municipais. ----------

---- O Sr. Deputado Municipal Daniel Claro pediu a palavra para informar que iria entregar à mesa uma moção que não é apresentada em termos partidários e está assinada pelos representantes do PS, CDU, CPFNT e BE: ----------

---- *"MOÇÃO* ----------

Considerando que manifestou o Ministério da Educação, através dos órgãos próprios, a intenção de criar um Agrupamento Escolar abrangendo toda a área do Município de Azambuja, dissolvendo assim os atuais Agrupamentos de Azambuja, Vale Aveiras e alto Concelho, criados acerca de dois anos, sem que uma avaliação concreta do modelo em vigor tivesse sido efetuada até este momento; ----------

Considerando que a comunidade escolar, através dos seus órgãos próprios, nomeadamente o Conselho Geral, já se pronunciou contra esta solução; ----------

Considerando que em igual sentido se pronunciou, por unanimidade, o Conselho Municipal de Educação, em documento que se anexa; ----------

Considerando que esta medida acentua ainda mais a centralização decisória em matéria educativa, ao arrepio das modernas práticas de organização sócio pedagógica; ----------

A assembleia Municipal de Azambuja, reunida em 26 de Abril de 2012, delibera: -----

- *Pronunciar-se contra esta intenção do Ministério da educação de criar um Agrupamento Escolar único no concelho de Azambuja.* ----------

Desta moção deverá ser dado conhecimento ao Sr. Ministro da Educação, à DREL, aos grupos parlamentares da assembleia da República, ao Conselho Municipal de Educação e a todos os Agrupamentos Escolares concelhios. ----------

Azambuja, 26 de Abril de 2012 ----------

Assinaram os Deputados Municipais David Mendes, Daniel Claro, José Manuel Pratas e Manuel Couceiro". ----------

---- O Sr. Presidente da Assembleia deu nota da documentação que lhe chegou do Conselho Municipal de Educação e do Sindicato dos Professores sobre este assunto. --

---- Interveio a seguir o Sr. Deputado Municipal Manuel Couceiro para dizer que ponderava apresentar uma proposta para que as reuniões da Assembleia Municipal passassem a ser realizadas na Junta de Freguesia de Aveiras de Cima, uma vez que esta sala não apresenta as condições necessárias para o efeito. Referiu que a Comissão Permanente já está informada desta sua intenção. ----------

---- O Sr. Deputado António Lavado dos Reis pediu a palavra para solicitar alguns esclarecimentos. Quis saber por que motivo não se alcatroam as ruas do Bairro do Soldadico e do Bairro dos Suíços, o ponto de situação dos terrenos para os Quarteis da GNR e da Cruz Vermelha. Voltou a tecer criticas ao formato e ao tamanho da letra das faturas das Águas de Azambuja e quis saber quem autorizou a mesma empresa a alterar o contrato de pagamento mensal para bimensal que os munícipes assinaram antes. Deu conhecimento de uma situação de rotura de água em casa de um munícipe, derivada a excesso de pressão. Falou sobre a necessidade de haver um marco de correio no centro da Vila de Aveiras de Cima. ----------

---- Interveio a seguir o Sr. Deputado Municipal José Manuel Pratas para entregar à Mesa um Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. Mário Gonçalves, primeiro presidente eleito pela Junta de Freguesia da Maçussa. ----------
Aproveitou ainda a sua intervenção para lamentar o facto de na sessão solene do 25 de Abril apenas terem estado 3 Deputados Municipais, pelo que sugeria que fosse revisto o modo de assinalar esta efeméride. ----------
---- O Sr. Deputado Municipal Daniel voltou a pedir a palavra para dizer que, caso a Coligação PFNT apresentasse a moção sobre a mudança do local de realização das reuniões da Assembleia Municipal, estaria disponível para a subscrever desde que não houvesse inconveniente em incluir-lhe um ponto que referisse que a Assembleia Municipal pretendia, através dessa medida, dar um sinal de descentralização administrativa ao Município. ----------
Sobre as comemorações do 25 de Abril, referiu perceber a intenção do Sr. Deputado José Manuel Pratas mas, por via da existência de teorias peregrinas mais ou menos rastejantes de que as comemorações oficiais do 25 de Abril cada vez têm menos razão de ser, quis deixar bem claro que o Bloco de Esquerda não subscreve, de maneira nenhuma, essa questão. Entende que, no caso em apreço, a sessão solene da Assembleia Municipal se justifica em absoluto. Poderá rever-se um conjunto coisas mas não a sessão solene que, repetiu, se justifica em absoluto. O Sr. Deputado disse que o BE também lamenta algumas coisas. Disse saber que o tempo financeiro da Câmara é de aperto, mas que no "site" estejam apenas duas linhas sobre o 25 de Abril, sem qualquer propaganda externa para os munícipes, é mau. Será, talvez, uma das explicações para o alheamento das pessoas, que nem foi tanto já que a sala se encontrava quase cheia. Estiveram presentes dirigentes de Coletividades e Associações de Azambuja. Os Membros da Assembleia Municipal tinham conhecimento da cerimónia. Não foram porque não quiseram, por razões pessoais ou institucionais ou, ainda, por acharem que não vale a pena continuar a ir para este tipo de coisas. Quanto à não participação da juventude, o Sr. Deputado defende que a responsabilidade cabe inteiramente aos autarcas e às instituições, enquanto instrumentos de atuação política. Se esta ação não for comunicada às escolas com um pedido de divulgação, a juventude não toma conhecimento. ----------
---- O Sr. Deputado Municipal Pedro Coelho pediu a palavra para dizer que o encerramento da estação dos CTT de Aveiras de Cima foi um presente do anterior Governo e não do atual. ----------
---- Interveio a seguir o Sr. Deputado Municipal António Godinho. ----------
Relativamente à sessão solene do 25 de Abril, disse ter constatado que tinham estado poucas pessoas presentes do PS e de outros partidos de esquerda, teoricamente, grandes apoiantes do 25 de Abril. Disse que, para ele, o 25 de Abril foi importante enquanto fenómeno de libertação de uma ditadura, com a qual não se identificava nem apoiava. Se o caminho foi o melhor ou o mais correto já é outra discussão, mas não significa que se sinta na obrigação de ter que participar em comemorações deste tipo. O Sr. Deputado lembrou ainda outras datas, como o 5 de Outubro e o 1 de Dezembro, que foram muito importantes para o País e não são tão assinaladas por esta Assembleia. Segundo o Sr. Deputado Municipal, o mais importante será repensar a forma como se fazem as comemorações e esperar que sejam mais participadas por aqueles que se sentem mais motivados. ----------
---- Ainda sobre as comemorações do 25 de Abril pediu a palavra o Sr. Deputado Municipal David Mendes. Disse que os Deputados Municipais aqui presentes não estão

em representação de si próprios. Estão em representação de um partido político e, enquanto membros da Assembleia Municipal, têm o dever de comparecer a uma sessão solene desta natureza. Quando não o fizerem, também têm o dever de dizer em público o motivo pelo qual não o fizeram. Na verdade, como cidadãos, têm liberdade para fazer o que muito bem entendem. Integrando uma força política, que foi a votos e que representa um grupo de pessoas, têm uma responsabilidade que os ultrapassa como cidadãos. Portanto e em nome dos deveres democráticos, seria de bom-tom que explicassem às pessoas que os elegeram as razões dos seus atos políticos. Não ir a uma sessão solene é um ato político. ----------

---- Voltou a intervir o Sr. Deputado António Godinho dizendo que cada um fala por si e não tem lições de democracia a receber de ninguém e que, por isso, mantinha o que disse na sua intervenção anterior. Aconselhou o Sr. Deputado David Mendes a dar lições de democracia aos Deputados da CDU, que também não compareceram. --------

---- A seguir pediu a palavra o Sr. Deputado Municipal Manuel Couceiro para informar que, relativamente à proposta que falou anteriormente, a CDU e o BE tinham-se solidarizado com ela mas que o PS não estava de acordo e que,por isso, não a iria apresentar. Apresentá-la-á mais tarde depois de se encontrar outra opção. ----------

---- O Sr. Deputado Municipal José Manuel Pratas interveio para dizer que o assunto mencionado foi falado na Comissão Permanente e, logo nessa altura, informou que iria falar com os órgãos do seu partido para se inteirar sobre a sua viabilidade. As indicações que recebeu foram no sentido de não aprovar a proposta se ela fosse apresentada. As Assembleias devem realizar-se na sede do Município, conforme estipula o art.º. 9º do Regimento. ----------

---- O Sr. Deputado Municipal Claro interveio para dizer que o BE coloca o assento tónico numa outra questão, a coesão do Município. O argumento que o Sr. Deputado José Manuel Pratas apresentou em nome do PS não faz sentido nenhum. Tanto o regimento como a lei o que dizem é que são obrigatórias, na Sede do Município, a realização de Assembleias específicas, nomeadamente, as ordinárias. O que se pretende é que a Assembleia dê a este Município um sinal de coesão e de descentralização. Se serve de argumento para os Agrupamentos de Escolas e outros, que temos um município que dista a 50 km de uma ponta a outra, sendo certo que a Sede está situado numa ponta, era, de facto, um sinal que dávamos aos munícipes de coesão e de descentralização. Do ponto de vista administrativo, excetuando-se as assembleias que são obrigatórias na Sede do Município, descentralizava-se para um local que fica exatamente no centro do Concelho. Disse ainda o Sr. Deputado não querer pensar que é por ser em Aveiras de Cima, porque se for por esse motivo entrar-se-á num caminho absolutamente inqualificável. ----------

---- O Sr. Deputado David Mendes pediu novamente a palavra para perguntar ao PS se esta vontade agora expressa é definitiva. ----------

---- Para responder às questões, até agora colocadas, interveio o Sr. Presidente da Câmara: ----------

Relativamente aos alcatroamentos, o Sr. Presidente disse que, no loteamento do Bairro das Vaqueiras, a responsabilidade é do promotor e no Bairro do Soldadico, como se trata de uma ocupação ilegal, o mesmo não se justifica. O Sr. Presidente esclareceu que abordou os moradores para a elaboração de uma AUGI, mas não foi aceite; ----------

No que diz respeito aos terrenos da Quinta do Mor, afetos à GNR e à Cruz Vermelha, o Sr. Presidente disse que se está mesmo na fase final de aprovação do loteamento, o que irá permitir essa disponibilização. No caso específico da Cruz Vermelha, foi-lhes

oferecida uma outra alternativa, mas até hoje a Instituição ainda não entregou os papéis devidamente preenchidos, talvez por ter conhecimento de que a legalização da AUGI está para breve; ----------

Quanto à Águas de Azambuja, o Sr. Presidente informou que as questões são todas reportadas à empresa. Relativamente ao tamanho da letra nas faturas, responderam que as imposições legais, nos requisitos a mencionar, são tantos que não cabem numa só página, daí a diminuição do tamanho da letra; ----------

Sobre os CTT de Aveiras de Cima, informou o Sr. Presidente não estar preocupado em saber quem foi o responsável pela assinatura do despacho. Apesar de ele ter sido assinado pelo PS, passados estes meses todos também ninguém o alterou. Foi pedida uma reunião ao Sr. Secretário de Estado há alguns meses e, apesar das diversas insistências, até hoje não se obteve qualquer resposta. Quanto ao marco de correio já foi negociado com os CTT a sua colocação numa zona central, na Praça da Republica. Aguarda-se apenas que informem a Câmara do dia em que o irão colocar.

---- O Sr. Deputado António Godinho interveio a seguir. Sobre as questões relacionadas com as Águas de Azambuja disse que para estas reclamações existem os livros "amarelos" próprios para o efeito, tendo aconselhado a Câmara a verificar, com alguma frequência, o que é que lá foi escrito pelos munícipes. No que se refere à fatura propriamente dita, a sua opinião é de que existem muitas formas para justificar determinadas situações. Como tal, se a empresa não está interessada em ser clara, condensa tudo numa folha, em letra pequenina, para confundir as pessoas. Efetivamente há empresas que, daquilo que consta no documento oficial e obrigatório, fazem um resumo para que se torne mais claro para o utente. ----------

---- Esgotado este período, o Sr. Presidente da Assembleia informou que ia colocar à votação 4 documentos. A Moção apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Daniel Claro sobre a intenção do Ministério da Educação pretender criar um Agrupamento Escolar Único no Concelho de Azambuja, 1 Voto de Pesar e duas Atas. ----------

---- Colocada à votação a Moção sobre o Centro Escolar, foi a mesma aprovada por unanimidade. ----------

---- Colocado à Votação o Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. Mário Gonçalves, foi o mesmo aprovado por unanimidade. ----------

---- Colocada à votação a Ata da Reunião Ordinária de 27 de Dezembro de 2011, foi a mesma aprovada, por maioria, com 26 votos a favor e 2 abstenções. ----------

---- Colocada à votação a Ata da Reunião Extraordinária de 26 de Janeiro de 2012, foi a mesma aprovada, por maioria, com 25 votos a favor e 3 abstenções. ----------

---- Encerrado este período, o Sr. Presidente da Mesa deu início aos trabalhos constantes da ordem do dia. ----------

ORDEM DO DIA

Ponto 1. Informação do Presidente da Câmara acerca da Atividade Municipal

---- Interveio o Sr. Presidente da Câmara para fazer a apresentação da matéria constante deste ponto. Nesta apresentação referiu-se às medidas anunciadas sobre as Águas de Portugal e as consequências que elas poderão vir a trazer para a população em geral. Relativamente às Águas de Azambuja, informou que o resultado de um estudo, que mandou fazer aos Censos, mostra que o custo da água no nosso Município, dos doze consultados, é o terceiro mais barato, tendo por base 10m3/mês. Pediu para que fossem distribuídas cópias desse estudo pelos Sr. Deputados Municipais. ----------

---- O Sr. Deputado Municipal António José Rodrigues interveio dizendo que o Sr. Presidente da Câmara tem arte para levar a água ao seu moinho. Foi colher dados a

um leque variado de municípios, alguns bem longínquos, quando aqui tão perto, a Águas do Ribatejo, da qual Azambuja podia fazer parte, não foi consultada. Uma empresa que toda ela é composta por capitais públicas e tem preços de consumo significativamente mais baixos que os referidos neste estudo. ----------

---- A seguir pediu a palavra o Sr. Deputado Municipal Daniel Claro. Começou por dizer que compreende que, com o aproximar do final do mandato e as duvidas que se vão levantando dentro do partido pelo seu legado, o Sr. Presidente se sinta na obrigação de ir fazendo estes números de apresentação de coisas que não se esperam. Disse também que foi feita na Assembleia Municipal, há algum tempo, a discussão das águas e que, lamentavelmente, nessa altura o Sr. Presidente da Câmara foi dizendo generalidades. Contudo, agora, passados 2 meses, sentiu-se na obrigação de mandar fazer um estudo. Provavelmente relacionado com o facto de estarem em curso as negociações com a empresa para a revisão do contrato de concessão. Informou que não se irá pronunciar sobre os números indicados pelo Sr. Presidente da Câmara, uma vez que, curiosamente, não mandou os serviços fazerem qualquer estudo sobre o impacto que a concessão da água teve na tesouraria da Câmara. Também ele irá analisar o assunto e consultar outros municípios para, muito brevemente, voltar a esta discussão. ----------

---- O Sr. Deputado Municipal António Godinho quis também intervir nesta matéria para dizer que os critérios que foram utlizados na escolha daqueles doze municípios não foram explicados e que, por isso, este estudo vale o que vale. As queixas que têm surgido são recorrentes. A Câmara afirma que faz chegar às Águas de Azambuja as reclamações que são aqui apresentadas mas, de facto, a verdade é que continuam a ser recorrentes por falta de resposta. Os munícipes são recebidos com arrogância por funcionários sem formação e as faturas continuam a não ser claras nem percetíveis. Na opinião do Sr. Deputado deve ter-se em consideração que a questão dos custos da água não é independente do resto. ----------

---- Seguidamente interveio o Sr. Deputado Municipal David Mendes. Perante este estudo, perguntou ao Sr. Presidente da Câmara quem é que tomou a decisão pela escolha destes concelhos, uma vez que podiam ter sido escolhidos outros onde os custos eram todos mais baixos. Também é da opinião que este estudo vale o que vale e, objetivamente, até o desqualifica. Na sua opinião é necessário colocar aqui a questão política, uma vez que, independentemente daquilo que o Sr. Presidente tivesse feito, a água vai aumentar mas não por causa da sua decisão, mas sim por causa da decisão deste Governo, que obriga a uma hegemonização dos preços por todo o País. Irão aumentar ainda mais porque as Águas de Portugal também vão concessionar as águas em baixa. O Sr. Presidente da Câmara adivinhou. O que aqui não disse, mas que se pressupõe, é que tem uma mentalidade exatamente igual à de quem lá está, ou seja, de centro de direita, porque, uma vez mais, ninguém pensa nos munícipes, que estão a ser sugados por toda a gente. Perante o que se está a passar com a Televisão Digital Terrestre (TDT), comparando com a vizinha Espanha, percebe-se logo a quem é que este Governo serve. Sem dúvida alguma, aos interesses económicos. O Sr. Presidente da Câmara começou por fazer isso, muito antes de este Governo estar em funções. Em vez de investir seriamente nas infraestruturas que havia por fazer, mudou a agulha e considerou que também era investimento em infraestruturas aquilo que fez com a parte urbana de Azambuja. O Sr. Deputado voltou a dizer que o Sr. Presidente da Câmara errou na sua estratégia e que, mais uma vez, aquilo que aqui veio demonstrar é exatamente isso, um erro de estratégia.

---- O Sr. Deputado Municipal António Lavado dos Reis pediu também para intervir para ser esclarecido sobre alguns assuntos referidos no documento em discussão, nomeadamente, a situação do reordenamento urbano das ruas 25 de Abril em Vale do Brejo e na Maçussa, Centro Escolar de Vila Nova da Rainha e requalificação do Parque Escolar de Aveiras de Cima. Na opinião do Sr. Deputado o dinheiro gasto na praça de touros tinha sido mais útil se tivesse sido aplicado na reparação das piscinas municipais. Aproximando-se mais uma edição da feira de maio, perguntou se estavam previstas reduções nos gastos com o certame deste e do próximo ano comparativamente aos gastos efetuados em anos anteriores. ----------

---- O Sr. Deputado Municipal Manuel Couceiro também quis intervir dizendo ser do seu conhecimento que vai haver uma renegociação do contrato com as águas mas, quando olhou para os papéis que foram entregues, verificou que existem 10 injunções por resolver com as Águas do Oeste, pelo que não consegue compreender como é que se renegoceia um contrato com situações destas por resolver. ----------

---- O Sr. Deputado Municipal Daniel Claro voltou a pedir a palavra para colocar algumas questões sobre a atividade municipal: ----------

Em primeiro lugar quis saber o que se passa com o acordo das Águas do Oeste. Referiu que o tempo em que o segredo é a alma do negócio acabou, e que, por isso, pedia para que o Sr. Presidente da Câmara lhe dissesse hoje, exatamente, em que pé é que se encontra o assunto. A que tipo de acordos se chegaram e quais os que se assinaram; ----------

Depois, quis saber o ponto de situação da Quinta do Mor. Disse ter-lhe chegado a informação de que a Câmara está a pedir aos loteadores para fazerem uma hipoteca dos terrenos e do que lá está a favor da Câmara Municipal. Perguntou ao Sr. Presidente da Câmara se havia ponderado os efeitos que poderão vir a trazer para as pessoas se, eventualmente, elas pretenderem recorrer ao crédito para, por exemplo, efetuarem obras. O que é que, realmente, essa hipoteca resolve se não houver dinheiro para as infraestruturas. Pedindo também para o Sr. Presidente da Câmara ser muito concreto na resposta, quis saber o ponto de situação das negociações com a ECOAMBIENTE; ----------

Relativamente ao processo de concessão de águas, e dentro do princípio de que na documentação da atividade municipal vem referido tudo o que foi objeto de modificações, com não viu o tal processo que está no Supremo Tribunal Administrativo, movido à Câmara Municipal por um dos concorrentes à concessão das águas, presume que não houve qualquer tipo de avanço no mesmo. ----------

---- Interveio novamente o Sr. Presidente da Câmara para dar as respostas às perguntas solicitadas pelos Srs. Deputados Municipais: ----------

Iniciou a sua intervenção mostrando-se surpreendido com o conceito de democracia do Sr. Deputado Daniel Claro. Sempre que o Sr. Deputado faz uma intervenção, ela é, na sua ótica e na dos que o ouvem, uma espécie de crónica política ou de um artigo de fundo. Todavia, quando o Presidente da Câmara apresenta factos como são os casos da lista de obras feitas pela EMIA e a explicação dos argumentos que o levaram a fazer a concessão das águas, está a fazer um número; ----------

Sobre o estudo, o Sr. Presidente disse que determinou aos Serviços a realização destes estudos mas que não teve qualquer interferência na escolha dos municípios que deviam ser incluídos neste tipo de amostragem. Esclareceu que, quando as Águas do Ribatejo trataram das águas em alta e em baixa, já o Município de Azambuja tinha tratado das águas em alta antes com as Águas do Oeste, pelo que não era possível integrar aquela empresa. O Sr. Presidente disse falar-se muito sobre o cash-

flow de tesouraria. Com a concessão a Câmara deixou de ter receitas mas também deixou de ter muitas despesas. Uma coisa equilibra a outra; ----------
Em resposta à intervenção do Sr. Deputado António Godinho e face às medidas que se anunciam sobre a água, o Sr. Presidente disse que espera que o atual Governo tenha em atenção as capacidades financeiras dos munícipes; ----------
Reportando-se ao Dec. Lei 194/2009, que determina que no prazo de 3 anos, a findar em 5 de Agosto de 2012, as tarifas de águas e saneamento têm que cobrir os respetivos custos, e que até 20 de Agosto as tarifas de águas e de esgotos têm de refletir os custos efetivos do serviço, pelo que prevê que haja, nalguns casos, um agravamento substancial desse tipo de tarifário. O Sr. Presidente disse não saber se é o caso do Município de Azambuja na medida em que os estudos ainda estão a ser feitos. Outra coisa é o reequilíbrio financeiro do contrato feito com as Águas de Azambuja, e isso sim é matéria de negociação entre a Câmara e aquela empresa. O processo ainda está a decorrer porque as Águas de Azambujas pediram esse reequilíbrio financeiro, o que tem obrigado a uma mobilização muito grande dos serviços. Posto isto, ainda não se sabe se há lugar a reequilíbrio, se o mesmo é a favor das Águas de Azambuja ou do Município, muito embora os dados que se conhecem indiquem que, a haver esse reequilíbrio, será a favor do Município; ---------
Relativamente às Águas do Oeste, o Sr. Presidente disse que não há nada secreto e que tem, recorrentemente, informado de tudo quanto se tem passado com a empresa. Voltou a explicar que já existe um acordo global relativamente ao que o Município deve às Águas do Oeste e àquilo que as Águas do Oeste devem ao Município, em termos de montantes. Estava apenas em aberto chegar-se a um entendimento sobre o plano de pagamentos de uma diferença do saldo desse acordo, uma vez que a empresa apresenta um prazo de três anos e a AMO quer que seja em oito anos. Recentemente chegou-se a uma situação de consenso. Ir-se-á assinar o referido acordo por 4 anos e se houver a aceitação da pretensão da AMO passará para 8 anos.
Sobre as injunções, o Sr. Presidente informou que estão todas suspensas pelas Águas do Oeste exatamente por se ter entrado num acordo de negociações; ----------
Informou também o Sr. Presidente de que o processo interposto pela firma Tomás de Oliveira consta na página 5 da Informação do Sr. Dr. Manuel Rodrigues; ----------
Relativamente à ECOAMBIENTE informou que o acordo está a ser cumprido;----------
Quanto à Quinta do Mor, a Câmara está a analisar uma forma de, formalmente ou administrativamente, resolver o assunto. Como em qualquer loteamento privado, que não tenha as infraestruturas completamente feitas, tem que haver a garantia da execução dessas infraestruturas. Essa garantia será feita mediante garantia bancária ou hipoteca de lote. Está também a ser estudada uma forma de não vir a ser nenhuma destas; ----------
Sobre os reordenamentos urbanos, O Sr. Presidente disse ter algumas expectativas que irão começar brevemente. Só ainda não tinham começado por existir alguma indefinição quanto à componente nacional do financiamento, em função da lei dos compromissos; ----------
Informou ainda o Sr. Presidente da Câmara que os Centros Escolares de Aveiras de Cima e de Vila Nova da Rainha foram suspensos e os custos com a Feira de Maio vão ter uma redução significativa. ----------
---- O Sr. Deputado Municipal Daniel Claro pediu mais uma vez a palavra para dizer que a explicação dada pelo Sr. Presidente sobre as Águas do Oeste foi a mesma de

sempre, pelo que de concreto não teve nada. Ficou-se sem saber qual é o saldo, se o acordo é escrito ou verbal e se existe alguma ata ou correspondência trocada. Na sua opinião concretizar é dar estas explicações, porque o resto não passa de intenções. Relativamente à questão recorrente do cash-flow disse que, a ser assim tão irrelevante, não percebe porque é que se fazem os estudos. Os mesmos deviam ter sido feitos antes da concessão. Era imperioso que se tivesse feito previamente um estudo financeiro sobre o impacto social da concessão das águas. ----------

---- Pediu também a palavra o Sr. Deputado Manuel Couceiro querendo saber se a suspensão dos processos de injunção se verificou a partir da data que consta no relatório, ou seja, 17 de Abril de 2012. ----------

Questionou a Câmara sobre o motivo de a corrida de toiros, a favor da Casa-Mãe, se realizar no Cartaxo e não em Azambuja. Quis ainda saber quem é o novo empresário da praça de toiros de Azambuja e qual a verba orçamentada pela Câmara para a aquisição de Bilhetes para a Corrida da Feira. ----------

---- Seguidamente interveio o Sr. Deputado Municipal José Manuel Pratas para informar que, mesmo havendo patrocínios para compra de bilhetes, os Deputados do Grupo do PS prescindem deles. ----------

---- O Sr. Presidente da Câmara interveio respondendo que só a Casa-Mãe poderia responder à questão do Sr. Deputado Municipal. Sobre o orçamento da Câmara para aquisição de bilhetes disse ser zero. ----------

---- Esgotada a discussão deste ponto, e antes de passar ao seguinte, o Sr. Presidente da Assembleia interrompeu os trabalhos para um intervalo de cerca de cinco minutos.----------

Ponto 2. Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras Individuais do Exercício 2011 e Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras Consolidadas P 17/P/2012

---- Tomou a palavra o Sr. Presidente da Câmara para fazer uma breve apresentação da matéria constante desta proposta. ----------

---- Interveio o Sr. Deputado Municipal David Mendes para dizer que alguns dos resultados negativos apresentados se devem ao facto de se terem retirado o processo da EMIA no valor de 908.000 euros, o projeto do biotério central no valor de 750.000 euros, o saldo desfavorável com as Águas do Oeste de 500.000 euros e a Socasa no valor de 430.000 euros. Estes valores encontram-se, igualmente, no orçamento para 2012, o que significa que, se tudo correr mal e juntando a estes 2.588.000 euros os 8.000.000 de euros, da valorização de um terreno entregues à EMIA, para acerto de contas, vai haver uma tempestade nas contas consolidadas da EMIA. Tendo, também, em conta que a EMIA poderá vir a ser extinta, aquele montante terá que ser assumido pelo Município. Por tudo isto, o Sr. Deputado Municipal acha que o Sr. Presidente da Câmara vai ter um problema grave para resolver. ----------

---- A seguir interveio o Sr. Deputado Daniel Claro. Referiu, primeiramente, existirem situações que se repetem. Rendimentos que hipoteticamente a Câmara possa vir a ter como a questão da OPEL, do Biotério ou outras, continuam a constar dos orçamentos que são sucessivamente apresentados e com reflexos nas contas que aqui estão. Todavia, a questão mais relevante, segundo o Sr. Deputado Municipal, é que este documento não é verdadeiramente um relatório de um órgão político, mas sim um relatório da contabilidade. Do ponto de vista político não aparece uma linha. A gestão de uma Câmara faz-se de opções políticas. O que está hoje a ser apresentado é a enumeração das atividades e o seu consequente reflexo, do ponto de vista contabilístico. Disse estar perante um Relatório e Contas de uma Câmara Municipal,

de um Órgão político, que não refere uma linha sobre a política seguida. Trata-se, assim, de um facto gravíssimo na opinião do BE. Por todas as razões enumeradas, e ao contrário do habitual, o BE irá votar contra. ----------

---- Pediu também para intervir neste ponto, o Sr. Deputado Municipal António Godinho. Disse que a preocupação da Coligação PFNT é com quem tem menos e se debate no dia-a-dia com muito mais dificuldades, pelo que este orçamento é mais do mesmo. Disse que esta gestão camarária é ruinosa e desde o princípio chamaram a atenção para esta situação, muito embora fossem sempre olhados de forma altiva, nunca ouvindo, nem querendo saber o que pensavam as oposições. Em 2006 a Câmara devia cerca de 12.000.000 de Euros, em 2007 já devia quase 20.000.000, em 2008 os 20 milhões foram ultrapassados, e agora, por não se conseguir libertar da EMIA, andará pelos 27.000.000 de euros. As receitas têm diminuído a uma média de 4,5 milhões de euros/ano mas, apesar disso, parecia que tudo andava bem. É agora que se fazem os estudos demonstrativos das muitas atividades camarárias para mostrar qualquer coisa, quando, de facto, se sabia que as coisas não estavam nem vão estar bem, pelo que está convicto que o Sr. Presidente da Câmara irá deixar uma herança muito negra e muito difícil de levar até ao fim. Pelas razões apontadas, o Sr. Deputado informou que a Coligação PFNT irá votar contra. ----------

---- Seguidamente interveio o Sr. Presidente da Câmara. Referiu que ao ouvir alguns dos Senhores Deputados Municipais lhe vinha à memoria a conhecida expressão de que "prognósticos só no fim do jogo", uma vez que durantes anos reivindicaram e exigiram obras e agora só falam da dívida que essas obras geraram. A dívida é concreta, palpável e está toda explicada em termos das obras realizadas. ----------

---- O Sr. Deputado Municipal Manuel Couceiro interveio dizendo que no Concelho de Azambuja se assistiu a um desperdício de dinheiro quando foram construídos os campos de futebol, praças de toiros e tudo aquilo que não tem interesse. Houve alguma obra feita mas também houve obras absolutamente desnecessárias que apenas serviram para fachada e publicidade. Terminou a sua intervenção dizendo que Azambuja é o único Concelho da zona que não tem piscinas. ----------

---- Pediu a palavra o Sr. Deputado Pedro Coelho. Disse ter lógica o facto de o Sr. Presidente da Câmara vir agora justificar que o valor da dívida se traduz em muita obra realizada e que tudo foi feito para proporcionar uma vida melhor aos munícipes. Contudo, terá que prestar contas. Seria bom explicar aos jovens a elevada taxa de desemprego, a não criação de empresas que gerassem postos de trabalhos em Azambuja e a falta de médicos de família. Esclareceu que todas estas matérias foram objeto de propostas da Coligação PFNT por forma a ajudar a Câmara Municipal a resolver os seus problemas. De facto, acrescentou, existe alguma obra feita mas não está a ser utlizada nem rentabilizada.----------

---- A seguir interveio o Sr. Deputado Municipal David Mendes para perguntar ao Sr. Presidente da Câmara o que é que ele entende por qualidade de vida. Em Aveiras de Cima, por exemplo, disse que já não é rural mas também não é urbano, talvez suburbano em relação a Azambuja, não há qualidade de vida. Em Azambuja que não é suburbano em relação a Vila Franca e a Lisboa, mesmo com todo o investimento feito também não tem boa qualidade de vida, porque não tem liberdade de escolha. De facto tem alguma obra feita e a CDU nunca disse o contrário. A CDU foi alertando ao longo do tempo para o tipo de obras que deveriam ser feitas e não foram. A título de exemplo, perguntou ao Sr. Presidente da Câmara pelo motivo de nunca ter mandado reconstruir o mercado diário de Manique do Intendente. Também na sua

opinião o Sr. Presidente nunca se preocupou com a sustentabilidade da dívida contraída, porque senão tinha-lhe colocado travões já em 2003/2004 quando tudo se começou a complicar. ----------

---- O Sr. Deputado Municipal Daniel Claro voltou a intervir dizendo que, por força do jogo político e do entendimento, por vezes, desfocado desse jogo e daquilo que se diz também nesse âmbito, tem-se dificuldade em discutir com seriedade algumas questões de fundo. Sendo essa a grande preocupação. Para ele a questão fundamental divide-se em duas partes. A primeira, se a Câmara não cometeu um erro de em determinado momento não ter analisado, tal e qual como o Sr. Deputado David Mendes referiu, o facto de continuar a investir da maneira como o fez. Deveria ter-se discutido se alguma das obras não deveria ser protelada no tempo, em função de outras, para não hipotecar o futuro em termos de sustentabilidade. Gabando-se o Sr. Presidente de se ter antecipado ao Governo na questão da concessão das águas, deveria também, mediante o mesmo sentido, antecipar a discussão da reorganização dos serviços da Câmara Municipal. Do mesmo modo e do ponto de vista de análise da obra, e partindo do princípio que todas as obras foram boas, o que o Sr. Presidente da Câmara ainda não entendeu é que, do ponto de vista do BE, não houve um potenciamento do investimento que foi feito. Existe muita obra que não se percebe, por vezes, a que serviço de estratégia a mesma corresponde, ao nível de angariação de investidores, de melhor qualidade de vida para o Concelho, etc. Muitas vezes nem se percebe bem se não houve apenas um mero aproveitamento de oportunidades em lugar de ter havido uma estratégia coerente. Acrescentou ainda o Sr. Deputado que, do mesmo modo, se deveria estar a discutir a sustentabilidade do pagamento da divida que o município tem. Ao contrário dos orçamentos onde o Sr. Presidente ainda se dá ao trabalho de escrever algumas linhas, o Executivo da Câmara, o Órgão Político, faz um documento que é, sem dúvida, uma inventariação de obra mas não contém a substância política de explicar as opções. ----------

---- O Sr. Deputado Municipal António Godinho voltou a pedir a palavra para dizer que o maior drama desta Câmara e deste PS no Concelho de Azambuja é o autismo que tem apresentado ao longo dos anos, cujo resultado final está à vista. ----------

---- Interveio a seguir o Sr. Deputado Municipal José Manuel Pratas para informar que o Grupo do Partido Socialista irá votar favoravelmente a presente proposta. ----------

---- O Sr. Presidente da Câmara interveio a seguir lamentando que as oposições nas suas intervenções apenas falem da praça de toiros e nos campos de futebol, que representam uma parte ínfima do investimento que foi feito ao longo destes dez anos. Quis saber se, para os Senhores Deputados Municipais, as obras de saneamento, a melhoria do abastecimento de águas, a construção de bibliotecas, a requalificação urbana, as escolas, etc., não contribuíram para uma melhor qualidade de vida dos nossos munícipes. O Sr. Presidente disse que acompanha os dados estatísticos sobre o desemprego e, de toda a região, Azambuja é a que apresenta a taxa mais baixa. -----

---- Não havendo mais intervenções neste ponto, o Sr. Presidente da Assembleia tomou a palavra para dar início à votação dos documentos constantes da proposta nº P 17/P/2012: ----------

---- Colocado à votação o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras Individuais, foram os mesmos aprovados por maioria, com 19 votos a favor do PS e 11 votos contra (6 da CDU + 4 da CPFNT + 1 do BE). ----------

---- Colocado à votação o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras Consolidadas, foram os mesmos aprovados por maioria, com 19 votos a favor do PS e 11 votos contra (6 da CDU + 4 da CPFNT + 1 do BE). ----------

Ponto 3. Aplicação dos Resultados Líquidos do Exercício 2011 Proposta P 19/P/2012

---- A pedido do Sr. Presidente da Câmara interveio a Sra. Dra. Irene Lameiro, Diretora do Departamento Financeiro, para fazer a apresentação da matéria constante deste ponto. ----------

---- Não havendo intervenções neste ponto, o Sr. Presidente da Assembleia colocou a proposta nº P 19/P/2012 à votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com 17 votos a favor do PS, 7 abstenções (6 da CDU + 1 BE) e 3 votos contra da CPFNT. ---

APROVAÇÃO POR MINUTA

---- O Primeiro Secretário da Mesa passou à leitura, em voz alta, da minuta da acta da presente reunião, findo o que foi colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. ----------

----Esta acta foi aprovada por minuta no final da reunião, por a Assembleia Municipal o ter deliberado, nos termos do nº 3, do artº 92º, da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, com a nova redacção dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro. ---------

ENCERRAMENTO

----Eram zero horas e quinze minutos do dia trinta de Abril de dois mil e onze, quando o Sr. Presidente da Mesa, fazendo uma breve alusão aos tempos utilizados, deu por encerrada a reunião. ----------

---- Para constar se lavrou a presente acta em minuta, a qual depois de distribuída por todos os membros, foi assinada pela Mesa. ----------